

VIII Legislatura  
Debate do Programa do IX Governo Regional

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Permitam-me que sendo a primeira vez que intervenho nesta Legislatura saúde o Senhor Presidente da Assembleia e lhe deseje o desenvolvimento de um trabalho afincado de promoção deste parlamento junto dos açorianos, saudando na sua figura todos os senhores deputados desta assembleia. E permitam-me também saudar o IX Governo Regional e desejar que cumpra com determinação o programa eleitoral sufragado expressivamente pelo povo açoriano, com competência, coragem e coesão, factores determinantes naquilo que é ou que deve ser a actuação de um governo.

Iniciamos agora o debate do Programa do IX Governo Regional que será aprovado em circunstâncias especiais da vida política do país, pautada por um parlamento em vias de dissolução e por uma pré-campanha que parece ter-se já iniciado. Esta situação de contornos trágicos não pode deixar de contrastar com a realidade regional, em que impera um clima de estabilidade e serenidade democrática notável. Um cenário que, diga-se em abono da verdade, não existe por acaso, mas resulta das diversas políticas estruturantes assumidas pelos governos do Partido Socialista.

A educação tem sido precisamente um dos sectores em que os sucessivos governos do Partido Socialista trabalharam de forma afincada com o objectivo da promoção da estabilidade. Não é por acaso que temos um corpo docente estável e estabilizado nas nossas escolas; não é por acaso que na Região a colocação de professores se processou de forma serena e célere ao contrário do que foi o triste e indesculpável cenário nacional. Não é por acaso que temos uma rede de ensino profissional de qualidade. Nem é certamente também por acaso

que as nossas escolas tem uma significativa autonomia administrativa e que prosseguem sem centralizações obsoletas o seu trabalho. Todos estes aspectos que elenquei, e muitos outros haveria a elencar, são a face visível do trabalho desenvolvido pelos governos do Partido Socialista de cujo mérito nos se orgulhamos. Temos hoje efectivamente um sistema educativo regional consideravelmente melhor do que aquele que herdámos em 1996. Orgulhamos-nos disso, mas não estamos satisfeitos. Porque a satisfação é inimiga da perfeição e porque a educação como sector fundamental das sociedades modernas nos exige perseverança e ousadia.

A recente revisão constitucional veio consagrar a possibilidade de enveredarmos por novos caminhos e de alargarmos e aprofundarmos as nossas competências legislativas, pelo que é tempo de o fazermos. Com determinação e ousadia. É altura de enveredarmos por novos caminhos que antes as barreiras constitucionais travavam e agora franqueiam.

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Devo reconhecer que o nosso ponto de partida nesta como noutras matérias era assustadoramente comezinho. Devo reconhecer que houve um esforço colossal de avanço em matéria de educação, mas é justo que reconheçamos que não se pode continuar a perspectivar a educação como um conjunto de edificios escolares que devem ser reparados, construídos ou melhorados para acolher alunos e professores. Isto não é a educação! A educação não se resume à estreiteza de uma carta escolar e ao seu calendário. A educação é um dos desafios maiores, senão mesmo o maior, com que a sociedade moderna se defronta e do qual não se pode desviar, sob pena de pagar por décadas esta incúria. É afinal este o retrato do Governo da República que fez da educação um assunto menor ou um não assunto se quisermos. Que o tirou da agenda e o arredou do orçamento, que desprestigiou a investigação científica e tecnológica e que transformou um processo de colocação de listas ordenadas de professores numa equação insolúvel. Diga-se em boa verdade que também não tem sido um dos temas prediletos da oposição que se vai entretendo com o anedotário de escândalos e *fait-divers* que o Governo da República lhes proporciona e que não tem tratado com o ênfase que lhe é devido o tema da educação.

Talvez por isso continuemos a ter em Portugal índices que nos envergonham, mas que não nos parecem entristecer. Ou pelo contrário alarmar. Baixa escolaridade, iliteracia esmagadora, abandono escolar precoce, baixa empregabilidade, exclusão social. E perante estes índices que nos colocam na esteira dos países em desenvolvimento cruzamos os braços e desinvestimos. O país está parado, atolado no chorrilho de asneiras com que esta coligação nos tem sabido brindar. Mas Portugal não é isto, nem está condenado a viver agrilhado a este suplício e antes que seja demasiado tarde é preciso que mais do que nos rendermos a causas nos saibamos bater por elas.

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

A história da evolução da educação nacional representa o progresso da própria estrutura organizativa do país e revela a elencagem das suas prioridades e a grandiosidade, ou a falta dela, da sua ambição. A educação não têm sido uma verdadeira preocupação nacional e, não o sendo, têm vindo a comprometer sucessivas perspectivas de desenvolvimento. Este erro grave e repetido por sucessivos governos denuncia uma má gestão das prioridades e pode fazer atolar o país numa teia sem retorno.

Se por um lado devemos reconhecer a evolução verificada ao longo dos últimos 30 anos em matéria de educação, já que Portugal se transformou dum país obscurantista em que se acreditava na conveniência de generalizar apenas a educação básica num país em que 90% da população, segundo dados de 2001, é detentora de escolarização. Se pensarmos que nos final da década de 80 apenas 7% da população adulta possuía um nível de qualificação igual ou superior ao ensino secundário, concluímos que a evolução foi abismal. Mas não tem sido suficiente. Se por um lado se generalizou o ensino, por outro descurou-se a qualidade, fazendo com que a massificação desse lugar a uma heterogeneidade gritante do ensino ministrado que se reflecte despudoradamente nos resultados alcançados. As comparações internacionais em que Portugal participa são reveladoras de um atraso conjuntural que se torna, à medida que o tempo passa, cada vez mais difícil de ultrapassar.

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Não basta ao país nem à Região construir escolas, apetrechá-las, e colocar docentes que nelas leccionem. Se estes são elementos necessários ao sistema educativo, não o determinam necessariamente. É tempo de se pensar a educação sob outra perspectiva, de travarmos o combate às suas reais insuficiências. Recordo que as questões que têm vindo a dominar este parlamento se prendem muito mais com o cumprimento da carta escolar do que com o fenómeno do abandono escolar que, não sendo alarmante, é preocupante nesta Região. Recordo que a oposição se entretive no anterior mandato com questões comprovadamente menores no sucesso escolar dos alunos como são o número de salas de aula, o número de alunos por turma, ou a forma eleita de espionagem que a escola deve exercer sobre estes nos corredores e não com as questões reais. Que não são apenas nossas, mas atravessam vários e heterogéneos sistemas de ensino europeus.

As verdadeiras questões são a falência aparente ou real da educação, a incompetência da escola no processo de integração, a fiabilidade do ensino que dispendo de muitos mais recursos se revela muito mais deficiente. Estas e outras devem ser o real objecto da nossa preocupação, já que a educação propulsiona desenvolvimento e sucesso. E o sucesso está arredado da educação em Portugal. Somos um país em que a incompetência gracejante não parece querer dar lugar à tomada de medidas de fundo nesta matéria e em que se procuram desculpas fáceis como a de padrões culturais para o insucesso em disciplinas basilares como é o caso da Matemática. E neste quadro aterrador incentivamos os ciclos de pobreza, já que a escola que se quer inclusiva tem sido promotora de exclusão, a qual afecta maioritariamente agregados familiares socio-economicamente fragilizados e a eles regressa como que numa condenação incorruptível. São as famílias de menores recursos que menos motivação têm pela escola, são estas que toleram o abandono escolar precoce, são ainda estas que por via da falta de informação se auto-excluem perante a variância da oferta educativa. E a escola não as informa e muitas vezes nem sequer as forma. A educação tem sido sucessivamente encarada como um problema de futuro que deixamos para que algum iluminado solucione sem deitarmos mãos ao trabalho presente com as circunstâncias nem sempre felizes, é verdade, do nosso contexto.

Convençamo-nos pois de que não há neste país uma solução milagrosa para a falência do sistema educativo, mas há vários caminhos que podem e

devem ser trilhados. É urgente fazer coincidir o investimento público colossal em educação com os resultados obtidos. Coisa que não acontece. E isto faz-se travando um combate sério pela qualidade. Faz-se da aposta no apetrechamento tecnológico, da qualificação do pessoal docente, da sua avaliação contínua, continuada e sobretudo consequente, dos níveis de conhecimento em áreas fulcrais como a Matemática e a Língua Portuguesa que podem manietar desenvolvimentos futuros. A importância da educação para o desenvolvimento da sociedade não pode ser um pretexto teórico relevante para o debate, deve ser um dado de acção, porque a educação já não é vista como um privilégio, mas como uma obrigação, quando devia ser estimada como um direito consagrado constitucionalmente.

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

A educação tem esta missão inadiável da formação e promoção de valores que não devendo ser encarado como sua competência exclusiva deve ser promovida a partir dela por via da sua influência. A escola deve ser promotora, proponente e significativa. E deve privilegiar os interesses dos seus destinatários primeiros— os alunos e as suas famílias - mas não pode ignorar o vértice essencial ao equilíbrio deste triângulo- o pessoal docente. É urgente (re)construir o ofício de professor, hoje completamente à margem das prioridades, devolver a estima e a motivação a uma classe que, sem ela, inviabiliza o sucesso da escola e dos seus utentes.

Perante o contexto que temos vindo a expor e atentos os largos passos dados em matéria de educação nesta região considero que este programa de governo faz a opção certa: a da qualidade. Se muito do que se fez permitiu a estabilidade do corpo docente, a autonomia de gestão das escolas e a diversificação curricular hoje o desafio é novo, estimulante mas não é o da continuidade, é sim o do salto qualitativo.

De entre os oito objectivos apresentados para o sector da educação destacaria o aumento do nível de educação e formação profissional da população açoriana; a redução do analfabetismo e da iliteracia funcional; o combate ao absentismo, ao insucesso e ao abandono escolar; a promoção da formação profissional como instrumento gerador de igualdade de oportunidades e de coesão social; o combate à exclusão; e a operacionalização do currículo regional.

Todos estes objectivos se encontram escorados em medidas consistentes e propiciadoras de sucesso. De entre as tendentes à concretização do primeiro objectivo julgo ser de destacar o aumento do nível de educação e formação profissional; a aposta na universalização da educação pré-escolar, criando condições para que todas as crianças frequentem a escola a partir dos 3 anos, permitindo o acesso precoce a estímulos novos e significativos que uma parte significativa das famílias se revela incapaz de propiciar.

A esta medida o programa de governo acrescenta uma outra de grande fôlego e de grande urgência que é a reestruturação global, e nestas coisas os adjectivos são verdadeiramente significativos, do 1º ciclo do ensino básico, conferindo primazia ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática. Esta é uma medida verdadeiramente estruturante. Tão estruturante quanto urgente. Sabemos todos da imperiosa necessidade de dotar os nossos alunos, e quanto mais cedo o fizermos melhor, do domínio integral destas duas disciplinas basilares, que lhes permitirão, quando devidamente consolidadas, desempenhos melhores e mais duradouros. De facto, a transversalidade destas duas disciplinas implica que as encaremos de um modo substancialmente diferente de todas as outras. Por outro lado, é no 1º ciclo que se estabelecem os alicerces do percurso escolar e a sua insuficiência condicionará o desempenho futuro dos alunos.

Na semana passada a OCDE fazia um alerta num relatório elaborado a partir dos dados de 2000 do PISA (Programme for International Student Assessment): os alunos que lêem menos são mais vulneráveis ao insucesso escolar. O que não é novidade, mas é ainda assim um facto perturbador. E o problema não se restringe à dificuldade de compreensão dos enunciados e ao fraco domínio vocabular que os arredam e desinteressam da exposição do professor, o problema assume outras dimensões. Estes jovens terão no futuro maiores dificuldades em encontrar um emprego, já que a sua iliteracia os limita e exclui. Neste estudo os jovens portugueses não atingem o valor mínimo de literacia em leitura, fazendo com que no *ranking* dos países Portugal se situe nas piores posições, apenas acima do Luxemburgo e do México. E quem são os verdadeiros culpados deste cenário irreversível? A família ou a escola? Ou ambas?

Outra medida essencial é, sem dúvida, a articulação da educação pré-escolar com os diversos níveis de ensino, que permitirá operacionalizar uma escola não só integrada como integradora, primeiro passo no combate à exclusão. E finalmente, a aposta na qualificação dos professores como agentes imprescindíveis do ensino, que devem ser encarados na dimensão da sua efectiva importância, capaz de condicionar e determinar o sucesso educativo.

No que concerne à redução do analfabetismo e da iliteracia funcional gostaria de destacar o trabalho já iniciado ao nível da educação extra-escolar e que agora se pretende expandir. Esta medida parece-nos reveladora também da

clara intenção de tornar a escola cada vez mais inclusiva e integradora, permitindo reduzir progressivamente os adultos não detentores da escolaridade obrigatória.

No combate ao absentismo, ao insucesso e ao abandono escolar destacaria a necessidade de um diagnóstico eficaz e oportuno das reais necessidades de aprendizagem dos alunos, pois só este permite que de forma atempada se promovam medidas de flexibilização curricular e se adoptem estratégias pedagógicas distintas. Neste âmbito é de louvar a intenção de reforço das equipas sócio-educativas das escolas que permitirão o estabelecimento de parcerias com as entidades que tutelam a intervenção social. Ao que acresce a intenção meritória de implicar os pais enquanto parceiros educativos, que embora já o devessem ser, ainda não o são na sua esmagadora maioria. Sabemos todos, aliás, que aqueles que mais acorrem à escola e que verdadeiramente a valorizam são precisamente aqueles cujos filhos revelam menos problemas de aprendizagem. Esta é portanto uma medida de grande relevo que deve ser urgentemente implementada, ficando-nos a dúvida de como o será.

Neste processo influirá certamente a criação da figura do tutor que assumirá muitas das funções cometidas ao director de turma e acompanhará o percurso educativo do aluno, mas alertamos para a necessidade desta figura ser substancialmente preenchida e corporizada, evitando que se trate de uma mudança de designação sem o correspondente valor substantivo.

A aposta na promoção da educação e formação profissional como propulsora de igualdade social parece-nos também uma aposta decisiva, embora surja na continuação do imenso trabalho desenvolvido pelos anteriores governos do Partido Socialista que operaram grandes mudanças, por exemplo, em termos de valorização, diversificação e acesso ao ensino profissional. Este transformou-se de um tipo de ensino incipiente num dos instrumentos mais importantes de combate ao insucesso repetido, ao abandono escolar precoce e à exclusão social na escola.

A esta última medida se alia outro objectivo fundamental: a imperiosa necessidade de garantir que nenhum jovem ficará impedido de frequentar escola por comprovada carência financeira. E relembro, só um trabalho conjunto e determinado com o Instituto de Acção Social pode obviar estas situações.

Finalmente destacaria o objectivo de operacionalizar o currículo regional como forma também de assegurar uma crescente responsabilização regional pela condução da política educativa. Este foi mais um passo dado pelo anterior governo que reputamos de muito importante e que deve ser prosseguido, entre outras razões, por se constituir como um factor de integração. As vozes eram unânimes em constatar a necessidade de se introduzir nas nossas escolas os

nossos saberes, a nossa cultura, as nossas tradições, mas outros antes de nós foram incapazes para o fazer. Foi o VIII governo do Partido Socialista que o iniciou e será também ele a concretizá-lo. A fazer dos conteúdos escolares um espaço significativo e significativa onde os alunos se revejam; trazendo para a escola a reclamada adequação dos conteúdos aos alunos que serve.

Senhor Presidente da ALRAA  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo Regional  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Os governos do Partido Socialista percorreram um caminho significativo em matéria de educação, mas falta ganhar o combate da qualidade. E este não se trava nem se esgota na carta escolar nem no número de alunos por turma. E é muito provavelmente o combate mais difícil. Por isso tem sido preterido, adiado, confundido e abandonado por sucessivos governos da República. Mas dele depende também o futuro da nossa sociedade. A escola tem de se actualizar e assumir o seu novo papel: o de veículo não exclusivo de conhecimento, tem de ser portanto muito mais uma facilitadora da aprendizagem do que a sua guardiã. Por isso necessita urgentemente de se actualizar, modernizar, adequar, flexibilizar. Mas para o conseguirmos falta fazer da escola um lugar aliciante e prometedor, valorizar a docência, individualizar as aprendizagens dos alunos, envolver as famílias. O combate da qualidade não se pode confinar a um qualquer caderno de encargos, nem a uma folha de despesa. Trata-se do combate mais importante, porque se nutre de capital humano e porque assegura a sustentabilidade futura da nossa Região.

Hoje debatemos o Programa do IX Governo Regional que traça com clareza e determinação o caminho da qualidade. Estamos seguros de que este é o caminho certo, não é tarde para o trilharmos com convicção. Outros antes de nós não o quiseram ou não o souberam fazer, mas hoje partimos de um ponto substancialmente melhor do que aquele que nos legaram. Não fomos vítimas deste legado, mas somos seguramente agentes da sua transformação. É para isso que aqui estamos, com a legitimidade democrática que os açorianos nos deram, não há tempo a perder. Pela escola, pelos professores que nelas diariamente travam este combate, pelas famílias, mas sobretudo pelos alunos que merecem ter um ensino substancialmente melhor do que aquele a que a maioria de nós pôde aceder.

Disse.





Deputada Cláudia Cardoso

Horta, sala das sessões, 9 de Dezembro de 2004